



A sinergia entre a agenda política de extrema direita e o negacionismo vacinal: rastreando a convergência entre as duas pautas

Ivy Judensnaider^{1*} e Thaís Cyrino de Mello Forato

¹Universidade Paulista, Avenida Torres de Oliveira, 330, 05347-020, São Paulo, São Paulo, Brasil. ²Universidade Federal de São Paulo, Diadema, São Paulo, Brasil. *Autor para correspondência. E-mail: ivy.naider@gmail.com

RESUMO. O estímulo à vacinação é uma das estratégias preconizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) no que diz respeito à saúde e ao bem-estar. Embora o negacionismo vacinal não seja exclusivo da extrema direita, é necessário reconhecer que a hesitação vacinal parece encontrar adesão aos propósitos do conservadorismo de forma exemplar. Tal cenário nos conduz ao campo de investigação dos Estudos Sociais da Ciência e à seguinte pergunta: quais são os pontos de convergência entre a pauta antivacinal e a agenda da extrema direita? Nossa hipótese é a de que os propósitos e interesses da extrema direita convergem com os dos movimentos *antivax*, já que ambos exigem: a) o boicote às instituições internacionais e às políticas globais que visam ao desenvolvimento sustentável; b) a apologia aos direitos individuais em detrimento dos coletivos; e c) a deslegitimação das fontes de autoridades representadas pelas mídias tradicionais e pelas instituições científicas. Como estratégias metodológicas, utilizamos a pesquisa documental a partir de seleção de notícias em jornais, revistas e de informes de órgãos internacionais, e a pesquisa bibliográfica por meio da seleção e análise da literatura científica já produzida sobre o assunto. A análise dos dados disponíveis permitiu-nos entender que as práticas antivacinais contribuem para o alcance de outros objetivos das agendas políticas conservadoras, tornando visível a existência de sinergia entre as ações contra a vacinação e outras levadas a cabo pela extrema direita.

Palavras-chave: movimento *antivax*; extrema direita; conservadorismo político.

A synergy between the far-right political agenda and vaccine denialism: tracing the convergence of these two agendas

ABSTRACT. The promotion of vaccination is one of the strategies advocated by the United Nations (UN) in the context of health and well-being. Although vaccine denialism is not exclusive to the far-right, it is necessary to acknowledge that vaccine refusal seems to align remarkably well with conservative purposes. This scenario leads us to the field of research in the Social Studies of Science and to the following question: what are the points of convergence between the anti-vaccine agenda and the far-right agenda? Our hypothesis is that the goals and interests of the far-right align with those of anti-vax movements, as both demand: a) the boycott of international institutions and global policies aimed at sustainable development; b) the promotion of individual rights over collective ones; and c) the delegitimization of authoritative sources represented by traditional media and scientific institutions. As methodological strategies, we employed documentary research through the selection of news articles from newspapers, magazines, and international reports, as well as bibliographic research involving the selection and analysis of existing scientific literature on the subject. The analysis of available data has allowed us to understand that anti-vaccination practices contribute to achieving other objectives of conservative political agendas, making visible the existence of a synergy between actions against vaccination and those carried out by the far-right.

Keywords: anti-vaccine movement; far right; political conservatism.

Received on January 29, 2023.
Accepted on January 14, 2024.

Introdução

A Organização das Nações Unidas (ONU) tem preconizado, em meio a outros objetivos fundamentais, o combate à taxa de mortalidade materna, de recém nascidos e de crianças menores de 5 anos; o enfrentamento das epidemias de AIDS, tuberculose, malária, doenças tropicais e hepatite; a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias; a redução de mortes por acidentes em estradas; o acesso universal a serviços de saúde e de saúde sexual e reprodutiva; a redução de mortes por problemas ambientais; o combate ao consumo de tabaco; e o apoio à pesquisa e ao desenvolvimento de vacinas, dentre outras medidas de caráter preventivo (Organização das Nações Unidas [ONU], 2023).

Segundo o New York Times, em junho de 2020, o maior contágio por coronavírus estava ocorrendo em países governados por populistas, negacionistas e conservadores: naquele instante, a soma do número de casos no Brasil e nos Estados Unidos correspondia a um terço do total de casos no mundo (Fancelli, 2021). Caminhando na mesma direção, a associação entre alinhamento à agenda do governo federal e negacionismo também foi identificada em pesquisa realizada pela Universidade Federal do Estado de São Paulo (Universidade Federal do Estado de São Paulo [Unifesp], 2022): do total dos entrevistados, apenas 3% haviam feito uso do kit Covid-19 e de outras medicações tidas como ‘preventivas’. Entretanto, se tomássemos apenas os entrevistados que avaliavam o governo federal de forma positiva, a proporção de usuários de medidas sem evidências científicas subia para 9%, e caía para 0,2% entre os críticos da gestão de Bolsonaro. Mostrando a relação entre conservadorismo político e religioso, a pesquisa também identificou que a proporção comparativa entre evangélicos e católicos que haviam feito uso do kit Covid-19 era de 7 e 1%, respectivamente (Universidade Federal do Estado de São Paulo [Unifesp], 2022). Reforçando a percepção de convergência entre o conservadorismo político e o movimento *antivax*, Pivaro (2023) e Pivaro e Giroto Júnior (2023) observaram que, entre 2020 e 2021, as contas no Twitter associadas a perfis alinhados ao bolsonarismo (inclusive as contas oficiais do Presidente Jair Bolsonaro e as de seus filhos, Flavio, Carlos e Eduardo) participaram ativamente na propagação de mensagens negacionistas e pseudocientíficas pelas redes sociais, incluídas aí as críticas ao isolamento social e ao uso de máscara e a defesa de medicamentos inócuos para o tratamento da Covid-19. Esses dados nos levaram a refletir sobre os efeitos dos compromissos da extrema direita com o movimento *antivax* e com o recrudescimento da hesitação vacinal.

Neste trabalho, definimos a extrema-direita como um conjunto de manifestações em que se preconizam o autoritarismo, a intolerância religiosa ou étnica, a violência militar e a apologia do neoliberalismo. No caso brasileiro, a extrema-direita incorporou discursos anticorrupção, de ódio à esquerda e aos intelectuais, de preconceito contra a grande mídia, e negacionistas em relação à ciência (Faria & Marques; 2020; Bobbio, 2022). Ainda, é importante salientar que, embora o negacionismo vacinal não seja exclusivo da extrema direita, é necessário reconhecer que a hesitação quanto à vacinação parece unir-se aos propósitos do conservadorismo de forma exemplar (Bodner et al., 2021). Tal cenário nos conduz à seguinte pergunta: quais os elementos comuns entre a pauta do negacionismo vacinal e a agenda de interesses da extrema direita? Nossa hipótese é a de que os propósitos e interesses da extrema direita são convergentes com os dos movimentos *antivax*, já que ambos requerem: a) o boicote às instituições internacionais e às políticas globais que visam ao desenvolvimento sustentável; b) a apologia aos direitos individuais em detrimento dos coletivos; c) a deslegitimação das fontes de autoridades representadas pelas mídias tradicionais¹ e pelas instituições científicas; e d) o combate às políticas de *Welfare State*. Acreditamos que, em função dessas semelhanças e conexões, o movimento *antivax* tornou-se um instrumento para difusão e disseminação do negacionismo em relação às instituições internacionais, às mídias tradicionais e à ciência.

Para confirmar ou não nossa hipótese, baseamo-nos nas narrativas realizadas sobre os fatos ocorridos durante os anos de governo de Jair Messias Bolsonaro (2018 – 2022) e nas reflexões já realizadas por outros pesquisadores a respeito das conexões entre a extrema direita e os movimentos *antivax*. Assim, utilizamos como estratégias metodológicas a pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica.

Do ponto de vista da pesquisa documental, foram considerados documentos as narrativas publicadas nas mídias tradicionais a respeito dos fatos ocorridos no período entre a posse do Presidente Bolsonaro e as eleições de 2022. Evidentemente, não tivemos a ilusão de selecionar produções isentas. Como afirmou Le Goff (1990), não há documentos inocentes. Assim, assumimos que os acontecimentos seriam resgatados a partir

¹ Vale a pena lembrar que, no caso da pandemia de Covid-19, mesmo a imprensa tradicional demorou a se manifestar de forma contundente em apoio às medidas de isolamento social. Posteriormente, com o avanço do número de casos e de óbitos, as mídias tradicionais assumiram, de forma explícita, a defesa da vacina e das medidas de proteção individual, passando a criticar abertamente as recomendações pseudocientíficas associadas ao uso de medicamentos de eficácia não comprovada.

do quê e de como os documentos falariam (Le Goff, 1990). Dessa forma, fizemos dos textos publicados em jornais e revistas as nossas fontes primárias. Tornaram-se fontes primárias, e falaram a partir das perguntas que fizemos e do terreno que sabíamos ter que explorar (Bloch, 2002). Conforme afirma Burke,

A narrativa não é mais inocente na historiografia do que o é na ficção. No caso de uma narrativa de acontecimentos políticos, é difícil evitar enfatizar os atos e as decisões dos líderes, que proporcionam uma linha clara à história, à custa dos fatores que escaparam ao seu controle (Burke, 1992, p. 330).

Em relação à pesquisa bibliográfica, utilizamos a literatura científica já produzida como forma de amparar e possibilitar a compreensão das narrativas descritas nos jornais. Assim, ela investigou, coletou e analisou dados secundários a partir de textos impressos e artigos publicados na *web*.

Nossa análise está estruturada a partir dos seguintes eixos temáticos: as convergências entre as pautas da extrema direita e do movimento *antivax* (o antiglobalismo; a apologia do individualismo em detrimento dos interesses coletivos; e o negacionismo científico), a ação da extrema direita e do movimento *antivax* no caso brasileiro e os perigos que o discurso da extrema direita pode representar para o bem-estar global em relação à segurança vacinal.

A extrema direita e o movimento *antivax*

O colapso do projeto globalizador e o avanço da extrema direita

Como dissemos anteriormente, uma das características da extrema direita é a defesa dos valores neoliberais, expurgados alguns problemas causados pelo projeto globalizador. Nesta seção, apresentamos as medidas de retomada de crescimento realizadas pelos países industrializados que se sentiram prejudicados com o projeto por eles mesmos capitaneado. Ainda, explicamos como essa retomada acarretou o crescimento da extrema-direita no mundo.

Nos seus primórdios, a globalização preconizada pelo Consenso de Washington encontrou oposição nos movimentos que se organizaram, a partir de 2001, nas várias edições do Fórum Social Mundial. O slogan ‘um outro mundo é possível’ tentou, assim, contrapor-se ao Fórum Econômico Mundial, anualmente organizado em Davos, responsável por estabelecer metas e estratégias em torno das necessidades globalizadoras do capital.

Em anos posteriores, outra oposição ao modelo globalizador surgiu sob a forma de um movimento “[...] energeticamente empenhado em fazer o miserável mundo do capitalismo globalizado retornar anacronicamente ao universo dos nacionalismos autárquicos, ao mundo do anti-Iluminismo, dos exclusivismos religiosos e da pureza cultural, obviamente ocidental” (Almeida, 2020a, p. 20). Os antiglobalistas, alguns deles reunidos no *think tank* Fundação Alexandre de Gusmão, trataram de definir o globalismo nos seus termos e segundo sua perspectiva:

O globalismo é a tentativa de instrumentalização político-ideológica da globalização com a finalidade de promover uma transferência do eixo do poder decisório das nações para um corpo difuso de burocratas cosmopolitas e apátridas, que respondem não a um corpo de eleitores, mas a um restrito conjunto de agentes de influência com acesso privilegiado a esses burocratas, o que no limite significa a substituição das democracias eleitorais representativas por um regime pouco transparente, no qual o poder decisório está concentrado nas mãos de alguns poucos privilegiados (Almeida, 2020b, p. 22).

Nos Estados Unidos, a eleição de um afrodescendente para o cargo de presidente simbolizou uma conquista importante dos setores mais à esquerda do espectro político norte americano. A eleição de Barak Obama (na presidência dos Estados Unidos entre 2009 e 2017), afinal, era um alento ao movimento de reação aos governos conservadores que haviam defendido o neoliberalismo baseado no Estado Mínimo (Parker & Barreto, 2013). A contrarreação dos pensadores e dos partidos de direita não tardou a acontecer. A organização e o crescimento do *Tea party* (acrônimo de ‘*taxed enough already*’), movimento político de direita nos Estados Unidos – e que deu suporte à campanha e à eleição de Donald Trump, em 2018 – podem ser considerados resultados da *Obamophobia* que tomou conta de setores conservadores, apavorados com a ideia de que a América ‘deles’ estivesse sendo destruída (Parker & Barreto, 2013).

Neste cenário, a extrema direita passou a se opor aos organismos internacionais. Tratava-se, afinal, de deslegitimar agendas que fossem contrárias aos interesses dos países industrializados, em especial os dos Estados Unidos. Diante da ameaça do aumento de poder das instituições internacionais, portanto, foram elaboradas teorias conspiratórias² que tinham como eixo central o suposto perigo de os interesses nacionais

² Uma teoria conspiratória presume a existência de forças ocultas que se organizam com o propósito de manter segredos fora do alcance do público. Tal presunção ocorre sem que

serem delegados a segundo plano, privilegiando-se, de forma contrária, os interesses capazes de satisfazer necessidades e aspirações globais. E, como inimigos visíveis e facilmente reconhecíveis são sempre interessantes do ponto de vista dos discursos totalitários, o principal inimigo da extrema direita ganhou um rosto e um nome: George Soros, organizador da *Open Society Foundation* e principal responsável pela propagação de uma suposta agenda globalista e liberal (Ranquetat Júnior, 2020).³

Finalmente, é importante mencionar o clima xenofóbico alimentado pela narrativa antiglobalista. Se, antes, a islamofobia havia povoado o imaginário coletivo norte-americano (o que explica, em parte, a *obamafobia*, ou seja, o preconceito que resultou da convicção de que Obama era muçulmano, socialista e estrangeiro) (Parker & Barreto, 2013), agora a sinofobia cumpria a sua tarefa de sinalizar e combater mais um inimigo externo. Tal sentimento justificava-se do ponto de vista da história econômica das últimas décadas: a globalização havia defendido que a produção industrial ocorresse de acordo com as necessidades competitivas do capital, cabendo às organizações encontrar os melhores lugares para estabelecer suas unidades produtoras, inclusive descentralizando a produção. Em resultado, indústrias haviam sido transferidas dos Estados Unidos e da Europa para países com legislações trabalhistas e ambientais mais tolerantes, fenômeno que fez surgir novos polos econômicos, com taxas de crescimento superiores às dos países industrializados que haviam capitaneado o processo de globalização. O poder econômico, agora, estava nas mãos da China e da Índia, e a crise causada pela pandemia agravou a situação de dependência do mundo em relação a estes países: em primeiro lugar, os equipamentos de segurança, equipamentos médicos e insumos para vacinas eram produzidos, quase que de forma exclusiva, pelas indústrias chinesas e indianas; em segundo, o fato de as indústrias chinesas e indianas passarem a focar sua produção nos bens e serviços necessários ao combate à pandemia trouxera como resultado a escassez de insumos para outras indústrias e outros setores da economia como, por exemplo, o setor agrícola brasileiro, completamente dependente do fornecimento externos de adubos (Aranha, 2021). Surgiu, então, outra narrativa conspiratória: os chineses haviam espalhado a Covid-19 de forma intencional para que pudessem vender, em um quase regime de monopólio, os insumos e produtos industriais pelos países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Faltava, agora, uma estratégia de comunicação capaz de reunir ideias não necessariamente próximas e elaborar um discurso eleitoral palatável e compreensível por todos, um discurso capaz de criar uma agenda reconhecível por partidos de direita no mundo todo. Steve Bannon foi um dos que se dedicaram a essa missão. Bannon não apenas se tornou a pessoa mais importante na campanha de Trump à presidência, como também de outras campanhas da extrema direita na Europa (onde obteve sucesso na campanha do *Brexit*) e na América Latina (inclusive no Brasil). O grupo organizado por Bannon, e que reuniu importantes figuras da extrema direita mundial, recebeu o nome *The Movement*; em 2017, a sede construída em Bruxelas materializou as ambições do seu patrono. O ideário defendido pelo grupo era bastante simples: contrapor-se ao globalismo (ou seja, priorizar os interesses nacionais e defender a autonomia dos Estados, independentemente da ação e dos propósitos de organizações internacionais) e defender os valores cristãos (Ranquetat Júnior, 2020).

O discurso que reuniu as várias vertentes do conservadorismo político e religioso foi capaz não apenas de criar laços entre os vários grupos de perfil político de direita, mas também de mobilizar uma parte do eleitorado que jamais havia tido interesse em disputar espaço no espectro político: pela primeira vez, o eleitorado conservador tinha a real sensação de estar sendo ouvido pelo mundo político. Para os simpatizantes das causas políticas e religiosas conservadoras, prevalecia a percepção de que eles, finalmente, haviam se tornado partícipes fundamentais do processo democrático (Formisano, 2012), mesmo que sobre democracia eles entendessem pouco. A insatisfação com os partidos políticos tradicionais, com as políticas econômicas incapazes de fazer diminuir a desigualdade social e a falta de esperança no futuro haviam fortalecido a percepção de que a solução para todos os problemas seria a eleição de alguém ‘de fora’, capaz de representar os interesses do povo de forma legítima, um verdadeiro salvador escolhido por Deus para livrar a sociedade de inimigos não necessariamente reais (Fancelli, 2021). Vale acrescentar: o populismo não era nenhuma novidade, mas este populismo de extrema direita assumiu um caráter excludente, de forma a legitimar ataques às mídias tradicionais, às organizações civis e governamentais, ao Judiciário e ao Legislativo.

No Brasil, a extrema direita encontrou seu ápice com a eleição de Jair Messias Bolsonaro para a Presidência da República (2018 – 2022). Bolsonaro, um político de direita, elegeu-se por meio da aliança

haja qualquer evidência que a ela dê suporte (Fancelli, 2021). No campo da reflexão sobre desinformação, a teoria da conspiração é uma categoria de negacionismo científico (Oreskes & Conway, 2010; Matthews, 2014; Santaella, 2018; Oliveira & Magalhães Júnior & Darlington, 2023).

³ A *Open Society Foundation* tem, como base de ação, objetivos claramente explicitados de transformação de sociedades fechadas em abertas; de utilização das artes, da educação e da cultura como formas de fortalecer a sociedade civil; de defesa de um desenvolvimento econômico capaz de promover justiça social e de dar atenção a grupos marginalizados; e de defesa de programas globais de saúde, de distribuição de renda e de disseminação do conhecimento (Open Society Foundation, 2000).

entre os setores do agronegócio, os grupos religiosos de matiz evangélica e os autodeclarados neoliberais. Seu governo, assim, realizou escolhas com o propósito de acomodar os múltiplos interesses dos seus eleitores, particularmente nas áreas da Saúde, da Educação, do Meio-ambiente e das Relações Internacionais.

O movimento *antivax*

Uma das características marcantes da extrema-direita é a sua aversão à ciência, ao ambiente acadêmico e à grande mídia. Por sua vez, o movimento *antivax* é simbólico e característico de manifestações conservadoras e autoritárias, já que ele permite que conversem entre si os discursos antivacina, negacionistas, antiglobalistas e de apologia ao individualismo.

O movimento antivacina é tão antigo quanto a invenção de vacinas para a prevenção de doenças. Assim, ele não é exclusivo da extrema direita, tampouco do século XXI. No Brasil, a Revolta da Vacina, em 1904, constituiu uma das primeiras manifestações organizadas contra a obrigatoriedade de se vacinar. De acordo com Sevcenko (2018), o fator catalisador da revolta foi a decisão da Presidência da República quanto ao caráter compulsório da vacinação de toda a população contra a varíola; aliás, mais do que a repulsa à obrigatoriedade, a população revoltou-se contra os métodos truculentos dos policiais e aplicadores da vacina.

Ao longo do século XX, simultaneamente à descoberta de diversos medicamentos, cresceu também a desconfiança e o descontentamento da população em relação à vacinação compulsória. Nos últimos três anos, tal contexto de hesitação ou negacionismo vacinal tornou-se crucial, já que a vacinação de toda a população se tornou um requisito essencial para conter a pandemia de Covid-19. Segundo o que a extrema direita defendeu, entretanto, a vacinação existia apenas por conta dos interesses comerciais das grandes empresas farmacêuticas e dos interesses políticos de pessoas como George Soros e Bill Gates. Aliás, várias teorias conspiratórias disseminadas pelas mídias sociais afirmavam que a Covid-19 havia sido criada por Gates para que empresas pudessem faturar com a venda da vacina (Bodner et al., 2021). Ainda, os ativistas antivacina alegavam que a obrigatoriedade de uma única vacina poderia resultar, no futuro, na obrigatoriedade de todas as vacinas, fenômeno visto por eles como típico de Estados totalitários. Para os ativistas da extrema direita, a vacinação seria, assim, uma iniciativa engendrada por governos 'totalitários' que desrespeitavam os direitos individuais, e que usavam a prática vacinal como um primeiro passo para o controle total da população. Não à toa, algumas das *fake news* sobre a vacina contra Covid-19 versavam sobre a possibilidade de que o medicamento introduzisse um *chip* nos seres humanos, o que permitiria controlá-los o tempo todo (Bodner et al., 2021).

O movimento *antivax* tem alimentado e disseminado argumentos que reforçam o temor da população em relação à vacina: para isso, vale aludir aos supostos perigos de reações adversas à vacina com o respaldo de antigos casos já fartamente desmentidos pela literatura médica.⁴ Até mesmo o negacionismo em relação à existência das doenças vem sendo utilizado: de acordo com Bodner et al. (2021), uma das ironias do movimento contrário à vacinação está relacionada à eficácia das vacinas, sendo comum que os ativistas antivacina aleguem a inexistência das doenças para as quais os medicamentos são sugeridos. Se a doença inexistente, qual é a necessidade de se vacinar?

Inúmeros estudos têm procurado compreender os aspectos que determinam e contribuem para o comportamento negacionista em relação à vacinação, e os fatores mais frequentemente identificados estão associados a idade, preferências políticas, afiliação ideológica, gênero, classe social, grau de instrução e grau de confiança em fontes disponíveis na *web* (Wolters & Steel, 2018). São relevantes, também, os sentimentos de (des)confiança nas instituições científicas e não científicas; os fatores cognitivos associados ao conhecimento científico e à vacinação propriamente dita; os aspectos psicológicos relacionados a formas como o indivíduo constrói narrativas sobre a realidade e a ciência; como ele se comporta diante de evidências que desqualificam suas crenças; como ele se adapta a novas condições e novas ideias; como ele se situa diante de teorias conspiratórias; como ele se relaciona com diferentes grupos sociais; e, finalmente, o quão importante ele julga ser seu grupo social de referência (Rothmund, Farkhari, & Azevedo, 2022).

No Brasil, o movimento *antivax* encontrou terreno fértil ao longo dos quatro anos do governo Bolsonaro. Nos primeiros dois anos de mandato, suas diretrizes em relação às políticas públicas na área da Saúde já buscavam se acomodar aos interesses dos diferentes grupos que o apoiavam, fenômeno que pode ser comprovado pela queda de cobertura vacinal contra a poliomielite e outras doenças infantis (Heller,

⁴ De acordo com Wolters e Steel (2018), o mais famoso desses casos é o estudo realizado pelo britânico Andrew Wakefield no final dos anos 1990, que sugeriu relação entre a vacina tríplice viral e o autismo. Posteriormente, descobriram-se fraudes e falhas metodológicas nesse estudo e o Dr. Wakefield acabou por perder sua licença médica. No entanto, a informação já havia circulado entre o público leigo e causado um enorme estrago na procura pela vacina por parte dos pais.

Judensnaider, Brasil, & Langa, 2023). A pandemia de Covid-19, no entanto, intensificou o compromisso do governo com uma agenda negacionista no tocante à ciência, às instituições de cooperação internacional e às mídias tradicionais

O primeiro caso da nova cepa de coronavírus em humanos surgiu na China, na cidade de Wuhan, ao final de 2019 (Organização Pan-Americana de Saúde [OPAS], 2021). Em março do ano seguinte, a Organização Mundial de Saúde (OMS) decretou estado de pandemia: àquele momento, já haviam sido registrados 267.865.289 casos de Covid-19 no mundo, com 5.285.888 mortes (World Health Organization [WHO], 2021). Desde os primeiros casos, o governo brasileiro alinhou-se às estratégias do presidente americano Donald Trump (2017 – 2021), um legítimo representante da extrema direita política. Esse alinhamento significou adotar uma postura, a princípio, de negação ('não havia pandemia alguma e a Covid-19 era fruto da imaginação dos cientistas e dos jornalistas') e, posteriormente, de combate às tentativas de conter o avanço dos casos. Este combate envolveu não apenas ignorar as medidas de isolamento social, como também de retardar a compra de vacinas e, quando da disponibilidade destas, de alimentar o comportamento antivacinal (Senado Federal, 2021).

Nesse momento, consideramos oportuno voltar à questão da sinergia entre a extrema direita, o movimento antivacinal e os movimentos antiglobalistas. Em acordo com as diretrizes da extrema direita que defendia o projeto neoliberal corrigido nos seus erros globalistas, a política externa brasileira passou a se manifestar no sentido de se opor ao avanço e ao poder de organizações internacionais, tais como a ONU, a UNESCO, a UNICEF, a OMS e os blocos comerciais (Ranquetat Júnior, 2020), todos pretensos responsáveis por iniciativas que visavam destruir a família e a propriedade privada. Para isso, acordos sobre direitos migratórios, direitos de reprodução da mulher e direitos de proteção ambiental foram intensamente combatidos. O poder da Igreja Católica, sob o domínio de um simpatizante da esquerda (o Papa Francisco), também foi atacado (Ranquetat Júnior, 2020). Neste contexto, a extrema direita brasileira incorporou o discurso antiglobalista da agenda política de Bannon e Trump, o que incluiu a ojeriza às instituições internacionais e aos projetos de alcance global.

No Brasil de Bolsonaro, o antiglobalismo manifestou-se de duas formas: a sinofobia (Machado, 2020) e um especial desprezo pela OMS. Em relação à China, nossa dependência brutal dos produtos lá produzidos (máscaras, seringas, respiradouros e medicamentos) era resultado de décadas de desindustrialização da economia brasileira; no entanto, era mais fácil culpar a ação supostamente 'predatória' da China no comércio mundial. A sinofobia ganhou, inclusive, porta-vozes: Eduardo Bolsonaro, deputado federal e filho do presidente, e o então Ministro da Educação, Abraham Weintraub, chegaram a criar problemas diplomáticos com a China ao ironizarem a fala dos chineses e a difundirem *fake news* sobre o surgimento da pandemia (Follet, 2020). O desprezo pela OMS, por sua vez, manifestou-se de várias formas: por exemplo, Jair Bolsonaro, Eduardo Bolsonaro (vereador da cidade do Rio de Janeiro e também filho do presidente) e outros políticos apoiadores do governo fizeram uso das mídias sociais para 'interpretar' supostas falas do presidente da OMS e, assim, justificar a não necessidade de isolamento social ou a adoção de outros protocolos de segurança (Projeto Comprova, 2021). Em outras situações, o presidente ignorou, propositadamente, os informes e as declarações da OMS: Jair Bolsonaro, à princípio, negou a existência do vírus, apesar da decretação do estado de pandemia pela OMS; depois, defendeu o uso de medicamentos não recomendados pela OMS, como a cloroquina e a ivermectina (Universidade Federal de Minas Gerais [UFMG], 2021).

Houvesse outro governo que não de extrema direita, o combate à pandemia de covid teria exigido a desconstrução do antiglobalismo e da sinofobia; no Brasil, entretanto, sob a influência de Bolsonaro, Bannon, Trump e Olavo de Carvalho, esses fenômenos foram exacerbados, fortalecendo a associação entre o negacionismo vacinal e outras pautas da agenda da extrema direita.

A apologia ao individualismo em detrimento dos interesses coletivos

O capitalismo nasceu sob o signo do individualismo. Segundo o texto fundador de Adam Smith (1723-1790), a busca pelo interesse individual garantiria o bem-estar geral: como todos buscariam atingir seus objetivos de forma egoísta, seria necessário algum consenso ou negociação entre as partes, o que levaria, de forma natural, a que todos os propósitos fossem contemplados de alguma forma. De acordo com Paulani,

Cada um agindo livremente em função de seus próprios interesses e sendo movido conscientemente apenas por eles, produz[iria] um resultado que não fazia parte de suas intenções: o progresso e a riqueza da nação. Além do mais, esse progresso abrangeria toda a sociedade, atingindo inclusive as camadas mais baixas da população (Paulani, 1999, p. 117).

Não era apenas o individualismo que garantia, de forma mágica, o equilíbrio natural. Era necessário que outros agentes não intervissem de forma alguma no processo de conciliação entre diferentes interesses, daí a defesa da não intervenção do Estado nas relações econômicas.

O neoliberalismo do século XX apoiou-se nesses pilares de forma anacrônica: essa releitura do liberalismo clássico da Inglaterra dos Setecentos e Oitocentos potencializou a excelência dos critérios meritocráticos e acentuou a crítica a qualquer iniciativa de o Estado intervir no ambiente econômico. Mais: o projeto globalizador se caracterizou pelo fortalecimento do individualismo não mais como instrumento para o alcance do bem-estar social, mas *per se*, como um fim em si mesmo. Para Bresser-Pereira (2014, p. 96) “[...] a lógica do Estado Neoliberal será a da competição e do risco que premiarão os mais capazes”. Daí resultaram, segundo o autor,

A falta de valores compartilhados e de solidariedade, a culpabilização das vítimas para explicar a pobreza e a exclusão, a reação crescente contra os imigrantes pobres, a insegurança e o risco por toda parte, o caráter líquido e indefinido das relações sociais. (Bresser-Pereira, 2014, p. 87).

No contexto da extrema direita do século XXI, o individualismo neoliberal adquiriu características diferenciadas: não se tratava tão somente do egoísmo que exigia o que lhe era devido *por mérito*, mas também do individualismo conservador que rechaçava atitudes e ideias estranhas ao cristianismo ou quaisquer tentativas de controle do comportamento individual pelo governo; ainda, era esperado que o Estado não ‘privilegiasse’ setores da sociedade com o benefício de ações afirmativas ou de programas de transferência de renda. Nesse contexto, o neoliberalismo ‘reconhecia direitos individuais’ que se sobreponham a quaisquer direitos coletivos.

Os efeitos nocivos desse individualismo neoliberal encontraram seu ponto máximo durante o período da pandemia da Covid-19. Naquele cenário, os representantes do governo pautado pela agenda da extrema direita e os conservadores (religiosos ou não) uniram suas forças contra a obrigatoriedade do uso de máscaras como forma de se prevenir da doença e, por fim, da vacinação. Em agosto de 2021, por exemplo, Bolsonaro ainda insistia em tornar facultativo o uso de máscara. Embora a obrigatoriedade já fosse objeto de lei, e embora os municípios e estados apoiassem o uso de máscara como forma de evitar o contágio, o Presidente da República continuava a pressionar o Ministério da Saúde para estabelecer regras que, de forma mais tolerante, permitissem o direito individual de recusar o uso ou não do equipamento (Cancian, 2021). Alguns meses depois, em dezembro de 2021, Jair Bolsonaro avisou aos visitantes do Palácio do Planalto que era proibido usar máscara no local. Em entrevista sobre o tema, o Ministro da Saúde chegou a comparar o uso de máscaras ao uso de preservativos: se não havia uma lei que obrigasse as pessoas a usarem preservativos para proteção contra doenças sexualmente transmissíveis, qual o sentido de impor o uso de máscara? (Vargas, 2021).

A apologia ao direito individual de escolher receber ou não a vacina tornou-se mais intensa quando, finalmente, as notícias sobre o desenvolvimento dos medicamentos chegaram ao público. Tratar-se-ia, então, de autorizar ou não o trabalho de servidores públicos, a presença de crianças nas escolas e a frequência de visitantes em museus, teatros e cinemas apenas mediante a apresentação do comprovante de vacinação. Em outras palavras, a obrigatoriedade de apresentar o comprovante de vacina tornaria a vacina obrigatória. Para proteger os direitos individuais de quem não tinha o desejo de se vacinar, era necessário, portanto, não apenas combater o caráter compulsório da vacinação, mas também deslegitimar qualquer mecanismo que obrigasse o indivíduo a comprovar que havia sido vacinado. O conflito entre a Federação e os demais entes públicos acabou por levar a discussão ao Supremo Tribunal Federal (STF) que, em dezembro de 2020, decidiu que os Estados e os municípios podiam, de forma concorrente, estabelecer regras próprias a respeito da obrigatoriedade da vacinação e/ou da apresentação do comprovante de vacinação (Schreiber, 2020). Tal decisão provocou duas reações do governo federal: a) a leitura inconsistente do estabelecido pelo STF por parte dos agentes do governo que, assim, passaram a disseminar a falsa ideia de que Bolsonaro não poderia ser responsabilizado pelo combate à pandemia, já que havia sido proibido de fazê-lo⁵ (Senado Federal, 2021); e b) a criação de mecanismos de proteção aos que recusavam a vacinação: em março de 2020, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos abriu um canal específico para receber denúncias relacionadas ao coronavírus, o Disque 100. Sentindo ser necessário se opor às medidas restritivas adotadas por governos estaduais e municipais, o governo federal assumia o papel de proteger os negacionistas dos efeitos do isolamento social e da obrigatoriedade da vacina (Brasil, 2020).

Segundo o receituário da extrema direita, o indivíduo tinha o direito de recusar a vacinação: era escolha individual manter posse de armas para se proteger; era legítimo o direito de incluir na educação escolar visões alternativas ao darwinismo, independentemente das convicções religiosas dos ‘outros’ alunos; era legítimo o direito de educar os seus filhos em casa, longe dos perigos do mundo secular e laico. De maneira bastante ambígua, porém, era necessário proibir o aborto, os jogos de azar e o consumo de drogas. Aliás, é curioso o fato de o

⁵ Tal situação obrigou o Tribunal a desmentir a falsa alegação por meio de nota explicativa. O STF estava defendendo a corresponsabilidade dos agentes municipais, estaduais e federais; de forma alguma isso isentava o Governo Federal de responsabilidades quanto ao enfrentamento à pandemia (Senado Federal, 2021).

movimento *antivax* fazer uso do slogan *My body, my choice*, elaborado e utilizado pelo movimento pró-aborto como uma manifestação do direito individual de escolha sobre o próprio corpo (Rulli & Campbell, 2022).

O negacionismo científico: a desinformação por meio das *fake news* e a apologia às pseudociências

Dentro do contexto das exigências e características da extrema direita, combater o globalismo e as organizações internacionais, desacreditar a mídia tradicional e se opor a qualquer controle do Estado sobre os indivíduos significou, no contexto das primeiras décadas do século XXI, deslegitimar a ciência e suas instituições. Era importante diminuir o poder das instituições mundiais dedicadas ao desenvolvimento da ciência, bem como combater os poderes de o Estado estabelecer regras e normas em desacordo com os interesses econômicos que as corporações que financiavam os movimentos de extrema direita defendiam (Bodner et al., 2021). Para alcançar esses objetivos, a extrema direita optou por adotar táticas que já haviam se mostrado eficazes junto ao eleitorado, em especial quanto à disseminação de *fake news* como forma de criar dúvidas e confusão (Fancelli, 2021) e à defesa de práticas pseudocientíficas.

Para Santaella (2018), o mundo da pós-verdade garantia a liberdade e o poder de autoridade para todas as informações que circulavam pelas plataformas sociais, independentemente de serem verdadeiras ou não. Ficando o campo livre de quaisquer mecanismos de regulação sobre o compartilhamento de dados, criava-se um espaço para o compartilhamento de ‘verdades’ que tinham, como principal objetivo, possibilitar as condições para o alcance de determinados objetivos (Santaella, 2018). Nesses termos, a desinformação cumpriria o papel de convencer a população de que era necessário desconfiar da ciência e dos emissores do conhecimento científico. A estratégia era bastante simples: gerar desconfiança em relação aos responsáveis pela produção e pela reprodução do conhecimento, criando espaço para o surgimento de novas fontes de autoridades, essas sim de duvidosa legitimidade, e que tratariam de divulgar a verdade que ‘as outras fontes’ pretendiam esconder da sociedade.⁶

Os disseminadores de ‘fatos alternativos’ valeram-se, inclusive, da própria História das Ciências para defender a inexistência de verdades inquestionáveis. Afinal, essa História não estava repleta de casos de erros e desvios, de modelos aceitos e depois recusados, de explicações substituídas por outras? A História das Ciências não nos mostrava que o conhecimento vinha sendo construído, justamente, a partir de tentativas? A História não defendia a existência de verdades provisórias? Se, no futuro, era possível surgir algo que refutasse uma teoria já existente, por que não dar atenção a ‘teorias alternativas’? Para o público leigo, parecia impossível atribuir estatuto de verdade a algo que poderia ser refutado caso surgissem outras evidências. Mais: para os que não eram afeitos às particularidades da pesquisa científica, era também difícil entender que o fato de o conhecimento ser provisório não desmerecia ou invalidava as teorias científicas (Mcintyre, 2018). Em resultado, esse suposto limbo no qual habitava a história das ideias permitia, assim, que convivessem lado a lado as teorias científicas, as informações incorretas e as releituras inadequadas de resultados de pesquisas, todas elas percebidas como agentes na construção do conhecimento ‘em pé de igualdade’.⁷

A seletiva e limitada compreensão do processo de criação e legitimação do conhecimento científico permitiu que o governo federal e os grupos que o apoiavam emitissem, de forma sistemática, mensagens confusas a respeito das medidas de controle sugeridas pelas organizações e instituições internacionais de Saúde. Segundo o Senado Federal (2021), foram visíveis as evidências de que o governo federal propagara notícias falsas sobre a origem do vírus; criticara o isolamento social a partir de pesquisas desconhecidas que afirmavam ser o isolamento mais um elemento que facilitava a contaminação pelo vírus; contestara a eficácia do uso de máscara como instrumento preventivo; disseminara sistemáticas desinformações a respeito do número de casos e óbitos causados pela Covid-19 (insinuando, assim, que havia má fé por parte dos médicos e cientistas com o objetivo de superdimensionar os efeitos da pandemia); e, finalmente, propagandeara informações falsas sobre os riscos e a eficácia das vacinas (Senado Federal, 2021).

Vale lembrar: a ação do governo Bolsonaro não se limitou ao uso de *fake news* e campanhas de desinformação para confundir a população em relação às reais condições da pandemia: outra estratégia utilizada foi a de

⁶ Tal procedimento já havia sido adotado na década de 1950, quando a indústria de tabaco tivera que se explicar diante das evidências encontradas a respeito das conexões entre o hábito de fumar e o câncer de pulmão. Era necessário, no mínimo, gerar a dúvida, e afirmar que essa dúvida existia entre os cientistas (o que era uma mentira) cumpria o papel de criar o ambiente de desconfiança em relação aos relatórios que, de maneira enfática, mostravam a existência dessas conexões. Com mais intensidade a partir do início do século XXI, a estratégia de implantar dúvidas também foi (e vem sendo) utilizada para deslegitimar as fontes que afirmam ser o aquecimento global um resultado da ação humana. A partir dessa tática, as indústrias poluidoras têm sabotado iniciativas de conter emissão de gases tóxicos e de controlar as condições de produção de inúmeros setores da economia. (Oreskes & Conway, 2010; McIntyre, 2018).

⁷ A comunidade de pesquisadores em História e Epistemologia das Ciências, com vistas à construção de saberes voltados para a área da Educação, têm produzido inúmeras pesquisas para combater visões relativistas ingênuas. Veja, por exemplo, Gurgel (2023), sobre a confiabilidade na ciência. Allchin (2011) propõe a abordagem da *Whole Science*, explicitando inúmeras dimensões epistêmicas, sociais, políticas, econômicas e pessoais que se manifestam na construção das ciências, e justamente por todos os processos que a influenciam, é possível compreender a confiabilidade dos saberes produzidos, a despeito de sua dinamicidade histórica espaço-temporal.

preconizar medidas tidas como pseudocientíficas⁸, e que não tinham sido comprovadas empiricamente por nenhum estudo sério. Segundo o investigado e comprovado pelo Senado Federal (2021), os agentes do governo e seus grupos de apoio utilizaram, intensivamente, teorias e estudos pseudocientíficos para deslegitimar as instituições médicas e de pesquisa, no Brasil e no restante do mundo. Assim, segundo essas supostas investigações, a ivermectina e a hidroxicloroquina eram medicamentos preventivos eficazes; o *lockdown* era dez vezes mais letal do que o vírus em si; e a vacina provocava propagação e contaminação pelo coronavírus (Senado Federal, 2021).⁹

A Comissão Parlamentar de Inquérito organizada em 2021 pelo Senado Federal com o objetivo de avaliar as ações do governo durante pandemia chegava, finalmente, a resultados claros e evidentes: ao longo dos dois anos do pico da pandemia (2020 e 2021), o governo Bolsonaro havia feito de tudo para negar as instituições internacionais e as instituições científicas, recusando-se a prontamente imunizar a população e defendendo tratamentos precoces e sem validade comprovada pela comunidade científica (Senado Federal, 2021).

Considerações final

Já era possível notar o decréscimo da cobertura vacinal contra doenças infantis e outras enfermidades nos dois anos que antecederam a pandemia do coronavírus, portanto desde a posse de Bolsonaro na Presidência da República. Apenas para exemplificar, a queda na cobertura contra poliomielite acabou por provocar uma situação extremamente grave, qual seja, a do risco do ressurgimento de uma doença tida como já erradicada (Heller et al., 2023). Entretanto, o que era visível apenas para cientistas e pesquisadores tornou-se explícito quando da pandemia da Covid-19. De fato, a pandemia escancarou as conexões entre a agenda da extrema direita e o movimento *antivax*. A veiculação de *fake news*, a disseminação de narrativas conspiratórias e a apologia à pseudociência foram os principais instrumentos para a criação de um estado permanente de dúvida na população quanto aos modos de se conduzir durante a pandemia e se proteger contra o coronavírus. Aliás, vale lembrar que não apenas o Governo Federal foi omissos em relação à disseminação de *fake news*, como também organizou um gabinete paralelo para irradiar, nas mídias sociais, o medo e a incerteza quanto à eficácia da vacina (Senado Federal, 2021).

Este artigo teve como ponto de partida a seguinte pergunta: quais os pontos de convergência entre as pautas da extrema direita e do negacionismo vacinal? Nossa hipótese foi a de que os propósitos e interesses da extrema direita coincidiriam com os dos movimentos *antivax*, sendo que ambos promoveriam: a) o boicote às instituições internacionais e às políticas globais que visam ao desenvolvimento sustentável; b) a apologia aos direitos individuais em detrimento dos coletivos; c) a deslegitimação das fontes de autoridades representadas pelas mídias tradicionais e pelas instituições científicas; e d) o combate às políticas de *Welfare State*. A análise realizada nos ofereceu robustos argumentos em favor da hipótese avaliada. Assim, como principais resultados, pudemos observar que: a) o movimento *antivax* tornou-se um instrumento para difusão e disseminação do negacionismo em relação às instituições internacionais, às mídias tradicionais e à ciência; e b) o boicote às práticas vacinas contribuiu para o alcance de outros objetivos das agendas políticas conservadoras. Tais conclusões nos levaram a acreditar na existência de sinergia entre as ações contra a vacinação e outras levadas a cabo pela extrema direita.

Bolsonaro não conseguiu se reeleger em 2022 e, entre novembro e dezembro daquele ano, o futuro presidente e seu vice-presidente, Luiz Inácio Lula da Silva e Geraldo Alckmin, organizaram os grupos de trabalho responsáveis pela transição de governo que tomaria posse em janeiro de 2023. Com o objetivo de realizar uma auditoria nos órgãos de governo e estabelecer prioridades, 32 grupos temáticos se reuniram. A principal meta foi a de delinear as primeiras medidas do novo governo, tanto no sentido de revogar atos normativos do governo anterior como de adotar políticas emergenciais que buscassem evitar o colapso dos serviços públicos (Gabinete De Transição Governamental [GTG], 2022). A auditoria realizada mostrou que a coesão entre o descaso com as práticas vacinais (e, portanto, com a Saúde) e as outras políticas de desvalorização de áreas tidas como centrais para a extrema direita (Educação; Cultura; Ciência, Tecnologia e Inovação; Relações Internacionais; e Meio Ambiente) era reveladora de diversas facetas de um mesmo projeto

⁸ Assumiremos, tal como Pavic (2013), que conhecimentos pseudocientíficos são as teorias que se pretendem cientificamente válidas, mas que não obedecem aos padrões que teorias científicas devem obedecer. Segundo Fasce (2017), alguns aspectos são sinalizadores de que estamos diante de uma hipótese ou teoria pseudocientífica: a) é apresentada como um legítimo conhecimento científico; b) tem a pretensão de sinalizar confiabilidade; c) envolve temas que costumam estar fora do domínio da ciência; d) apresenta deficiência metodológica; e e) não apresenta evidências quaisquer a respeito do que afirma.

⁹ A obra *Direitos na Pandemia: mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à COVID-19 no Brasil* oferece uma ampla revisão e análise das principais medidas tomadas pelos governos estaduais e federal, além de disponibilizar linhas do tempo referentes aos momentos-chaves da pandemia durante os anos de 2020 e 2021, e análises relevantes sobre as questões do isolamento social, do fechamento de fronteiras, dos conflitos entre normas federais e estaduais, e entre os entes do Executivo e do Judiciário (Conectas & Cepedisa, 2020).

conservador, reacionário e antidemocrático. Nesse sentido, o boicote contra a vacina havia sido apenas mais uma das estratégias adotadas pelo governo no sentido de solapar os direitos humanos, sociais e coletivos; de se isolar internacionalmente; e de gerar dúvidas e desconfiças em relação a instituições democráticas e à ciência.

As ações do Governo Federal brasileiro entre 2018 e 2022 não somente prejudicaram a saúde e o bem-estar da população. Antes, durante e após a pandemia, essas ações configuraram um risco para a democracia; provocaram o aumento da pobreza, da fome e da desigualdade social; foram responsáveis pela deterioração da Educação; e mostraram-se indiferentes aos problemas ambientais (tais como a proteção da vida na água, a proteção da vida terrestre, as ações para combater a mudança global do clima, e a necessária busca de alternativas limpas e acessíveis de energia).

Parece razoável concluir que determinadas agendas e escolhas políticas podem produzir resultados indesejados em termos da promoção da segurança global em relação a doenças infectocontagiosas, especialmente aquelas para as quais foram elaboradas vacinas. Nesses termos, parece ser consensual a defesa da ideia de que a erradicação da pobreza, da fome e da degradação ambiental dependem da intervenção de pessoas, governos, instituições governamentais e não governamentais. Dependem da vigilância e do controle da sociedade civil. Também dependem dos mecanismos de proteção que a sociedade cria em torno da defesa dos direitos humanos, da democracia e da segurança das novas gerações. Afinal, a necessária ação no presente para a garantia do futuro e para a garantia de sociedades democráticas pode ter sido a grande lição deixada para nós pela pandemia de coronavírus.

Referências

- Allchin, D. (2011). Evaluating knowledge of the nature of (Whole) Science. *Science Education*, 95(3), 518-542. DOI: <https://doi.org/10.1002/sce.20432>
- Almeida, P. R. (2020a). *Apogeu e demolição da política externa brasileira: reflexões de um diplomata não convencional*; Brasília, DF: Diplomattizando.
- Almeida, P. R. (2020b). *Manifesto globalista*. Brasília, DF: Diplomattizando.
- Aranha, C. (2021). Como a covid afeta o agro: alta nos preços dos fertilizantes chega a 200%. *Revista Exame*. Recuperado de <https://exame.com/agro/como-a-covid-afeta-o-agro-alta-no-preco-dos-fertilizantes-chega-a-200/>
- Bloch, M. (2002). *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.
- Bobbio, N. (2022). Para uma definição da direita reacionária. *Revista de Ciências Sociais da IEMS*, 2(2), 4-19.
- Bodner, J., Welch, W., Brodie, I., Muldoon, A., Leech, D., & Marshall, A. (2021). *Covid-19 conspiracy theories: Qanon, 5G, the new world order and other viral ideas*. Jefferson, NC: McFarland & Company.
- Brasil. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (2020). *Disque 100 abre canal exclusivo para receber denúncias relacionadas ao coronavírus*. Recuperado de <https://bitily.me/XGwQT>
- Bresser-Pereira, L. C. (2014). Modernidade neoliberal. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 29(84), 87-102. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092014000100006>
- Burke, P. (1992). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo, SP: Editora da UNESP.
- Cancian, N. (2021, 27 de agosto). Luta de Bolsonaro contra máscara é política e prejudica combate à Covid, dizem especialistas. *Folha de São Paulo*. Recuperado de <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/08/luta-de-bolsonaro-contramascara-e-politica-e-prejudica-combate-a-covid-dizem-especialistas.shtml>
- Conectas, & Cepedisa (2020). *Direitos na pandemia: mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à COVID-19 no Brasil*. São Paulo, SP: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. Recuperado de <https://static.poder360.com.br/2021/01/boletim-direitos-na-pandemia.pdf>
- Fancelli, U. (2021). *Populismo e negacionismo: o uso do negacionismo como ferramenta para a manutenção do poder populista*. Curitiba, PR: Appris.
- Faria, F. G., & Marques, M. L. B. (2020). *Giros à direita: análises e perspectivas sobre o campo libero-conservador*. Sobral, CE: Sertão Cult.
- Fasce, A. (2017). What do we mean when we speak of pseudoscience? The development of a demarcation criterion based on the analysis of twenty-one previous attempts. *Disputatio Philosophical Research Bulletin*, 6(7), 459-488.

- Follet, J. (2020, 6 de abril). Coronavírus: críticas de ministro à China podem prejudicar envio de máscaras e testes ao Brasil, dizem analistas. *BBC News Brasil*. Recuperado de <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52193435>
- Formisano, R. P. (2012). *The tea party: a brief history*. Baltimore, WA: The Johns Hopkins University Press.
- Fancelli, U. (2021) *Populismo e negacionismo: o uso do negacionismo como ferramenta para a manutenção do poder populista*. Curitiba, PR: Appris.
- Gabinete de Transição Governamental [GTG]. (2022). *Relatório final*. Recuperado de <https://static.poder360.com.br/2022/12/Relatorio-final-da-transicao-de-Lula.pdf>
- Gurgel, I. (2023). *Por que confiar nas ciências? Epistemologias para o nosso tempo*. São Paulo, SP: Livraria da Física.
- Heller, B, Judensnaider, I, Brasil, B. G., & Langa, E. S. (2022). Desinformação e avanço da poliomielite no Brasil (2000–2021). *Animus*, 21(47), 170-187. DOI: <https://doi.org/10.5902/2175497772259>
- Le Goff, J. (1990). *História e memória*. Campinas, SP: UNICAMP.
- Machado, R. P. (2020, 27 de junho). A sinofobia já é um fenômeno global. *EL País Brasil*. Recuperado de <https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-06-27/sinofobia-ja-e-um-fenomeno-global.html>
- Matthews, M. R. (2014). *International handbook of research in history, philosophy and science teaching*. Berlin, DE: Springer.
- Mcintyre, L. (2018). *Post-truth*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Oliveira, L., Magalhães Júnior, C. A. O., & Darlington, E. (2023). *Negacionismo da ciência e a pandemia de COVID-19: notícias falsas/fake news e representações sociais*. Ponta Grossa, PR: Texto e Contexto.
- Open Society Foundation (2000). *Report 2000: a common mission*. Recuperado de https://www.opensocietyfoundations.org/uploads/5e4f2b5f-075a-4190-ad2f-25bc95f64255/a_complete_8.pdf
- Oreskes, N., & Conway, E. M. (2010). *Merchants of doubt: how a handful of scientists obscured the truth on issues from tobacco smoke to global warming*. New York, NY: Bloomsbury Press.
- Organização das Nações Unidas [ONU]. (2023). *Objetivo de desenvolvimento sustentável: saúde e bem-estar*. Recuperado de <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/3>
- Organização Pan-Americana de Saúde [OPAS]. (2021). *Histórico da pandemia de COVID-19*. Recuperado de <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>
- Parker, C. S., & Barreto, M. A. (2013). *Change they can't believe in: the tea party and reactionary politics in America*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Paulani, L. M. (1999). Neoliberalismo e individualismo. *Economia e Sociedade*, 8(2), 115-127.
- Pavic, Z. (2013). Science and pseudoscience in postmodern societies. *Informatologia*, 46(2), 145-153.
- Pivaro, G. F. (2023). *Sobre a propagação de desinformações científicas nas redes sociais: uma pesquisa etnográfica no Twitter para reflexões sobre a educação em ciências* (Tese de Doutorado). Instituto de Física Gleb Wataghin, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- Pivaro, G. F., & Giroto Júnior, G. (2023). Características dos Discursos de desinformação relacionados aos conhecimentos científicos das redes bolsonaristas no twitter. *Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências*, 1(23), 1-25. DOI: <https://doi.org/10.28976/1984-2686rbpec2023u631655>
- Projeto Comprova. (2021, 3 de maio). Posicionamento da OMS é retirado de contexto para apoiar falas de Bolsonaro contra o isolamento social. *Estadão*. Recuperado de <https://www.estadao.com.br/estadao-verifica/posicionamento-da-oms-e-retirado-de-contexto-para-apoiar-falas-de-bolsonaro-contra-o-isolamento-social>
- Ranquetat Júnior, C. A. (2019). Steve Bannon: o ideólogo da nova direita populista americana. *Revista de Geopolítica*, 11(2), 25-39.
- Rothmund, T., Farkhari, & F., Azevedo, F. (2022). Psychological underpinnings of pandemic denial - patterns of disagreement with scientific experts in the German public during the COVID-19 pandemic. *Public Understanding of Science*, 31(4), 437-457. DOI: <https://doi.org/10.1177/09636625211068>
- Rulli, T., & Campbell, S. (2022). Can 'My body, my choice' anti-vaxxers be pro-life? *Bioethics*, 36(6), 708-714. DOI: <https://doi.org/10.1111/bioe.13033>
- Santaella, L. (2018). *A pós verdade é verdadeira ou falsa?*. Barueri, SP: Estação das Letras e Cores.

- Schreiber, M. (2020, 17 de dezembro). STF decide que União, Estados e municípios podem obrigar vacinação contra covid-19. *BBC News Brasil*. Recuperado de <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55358241>
- Senado Federal. (2021). *Relatório Final: CPI da Pandemia*. Recuperado de <https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codcol=2441>
- Sevcenko, N. (2010). *A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo, SP: Cosac Naify.
- Universidade Federal de Minas Gerais [UFMG]. (2021, 9 de março). Negacionismo do governo no enfrentamento à covid-19 prejudica imagem do Brasil no exterior. Recuperado de <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/negacionismo-do-governo-no-enfrentamento-a-covid-19-prejudica-imagem-do-brasil-no-exterior>
- Universidade Federal do Estado de São Paulo [Unifesp]. (2022). Sociedade fala: Bolsonaroistas e evangélicos fizeram mais uso do 'Kit Covid'. Disponível em https://souciencia.unifesp.br/images/PDfs/Noticia_KitCovid.pdf
- Vargas, M. (2021, 13 de dezembro). Aqui é proibido máscara, diz Bolsonaro em tom de cobrança no Planalto. *Folha de São Paulo*. Recuperado de <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/12/aqui-e-proibido-mascara-diz-bolsonaro-em-tom-de-cobranca-no-planalto.shtml>
- Wolters, E. A., & Steel, B. S. (2018). *When ideology trumps science: why we question the experts on everything from climate change to vaccinations*. Santa Barbara, CA: ABC-CLIO, LLC.
- World Health Organization [WHO]. (2021). Coronavirus (COVID-19) DASHBOARD. Recuperado de <https://covid19.who.int/table>